

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG

ST 18 - Estudos de gênero: teoria e pesquisa

DESIGUALDADE DE RAÇA ENTRE AS MULHERES

Participação racial e de gênero nas categorias empregados especialistas e empregados qualificados no Brasil - 1992 a 2005.

Autora: Juliana Anacleto dos Santos

Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora

INTRODUÇÃO

O grande avanço de participação feminina no mundo público do trabalho pode ser considerado como uma grande vitória na luta emancipacionista das mulheres, contribuindo para que na esfera do trabalho fora de casa a renda seja garantida, decidindo os rumos e escolhas do núcleo familiar. Igualdade de posições entre homens e mulheres nas diversas ocupações está bem mais próxima de ser alcançada do que poderiam supor nossas avós. Exemplo disto pode ser observado pela taxa de atividade das mulheres entre 16 e 65 anos, que passou de 40% em 1981 para 69% em 2003¹.

Porém, este positivo avanço das mulheres em ocuparem outras posições que não somente a de responsável única do trabalho doméstico², não é uniforme. São as mulheres também extremamente desiguais entre si. Exemplo desta desigualdade é a continuidade do trabalho manual reservado à população não branca brasileira. São 53,8% as mulheres negras ocupadas em trabalhos manuais contra 41,2% de brancas³. Dados que convergem com o fato de que 47,1% das mulheres negras e 34,2% das pardas estão concentradas na prestação de serviços, já as brancas correspondem a 27,4% do total⁴. A mulher negra é a que vive a maior precariedade no mercado de trabalho brasileiro, porém ainda, é escassa a análise deste fato na literatura sociológica. E o preconceito racial tem raízes neste debate.

Como veremos, o preconceito racial no Brasil se aguça no momento de disputa por posições socialmente construídas, principalmente pela competição por ascensão social e econômica alcançada quando da ocupação de posições mais elevadas, e tendo a função de defender a manutenção das posições sociais que são ameaçadas pela mobilidade social da população de cor. A busca pela mobilidade ascendente acirra o jogo de interesses por maior status e principalmente maior renda, deixando em total desvantagem as mulheres não brancas, discriminadas por sua cor e relegadas aos trabalhos manuais a mais de 500 anos. Ainda, qualquer que seja o grupo ocupacional de origem, percebe-se a alta concentração de não-brancos nos grupos ocupacionais

¹Fonte: PNAD/IBGE, 1981 e 2003.

² Mesmo participando do mercado de trabalho, são ainda as mulheres as principais responsáveis pela as atividades domésticas e cuidados com a prole.

³ Gênero, família e trabalho no Brasil, tabela 5, pg. 213.

⁴ Fonte: PNAD/IBGE 1995

inferiores. Eles têm chances menores de ascensão social e os nascidos nos extratos mais altos têm chances maiores de mobilidade descendente (Hasenbalg, 1988).

Mesmo sendo as mulheres as possuidoras de maior escolaridade hoje no Brasil, não são todas que conseguem converter esta qualificação em posições vantajosas na organização social. O diagnóstico racial é claro, demonstra que os não-brancos possuem desvantagem na conversão de sua educação formal em posições ocupacionais, podendo este fato ser explicado pela discriminação racial no mercado de trabalho⁵. O avanço feminino nas ocupações e nas categorias sócio econômicas⁶ não se deu de forma equânime e homogênea, e é a prova disto que se propõe este estudo, que estará focado para os extratos médios da classificação sócio econômica brasileira.⁷ Interessa-me entender como os efeitos da alta escolaridade e o acesso à autoridade no mundo do trabalho se relacionam com as variáveis raça e gênero. Quem são essas mulheres educadas e aptas a exercerem autoridade? Há uma feminilização branca das ocupações exercidas pelos extratos médios? A relevância do meu projeto de pesquisa, que aqui se apresenta no formato de paper para o 31º Encontro Anual da Anpocs, está em investigar as desigualdades geradas por um acontecimento, o aumento da participação feminina nas ocupações que requerem maior qualificação e exercício de autoridade, mas que sem se preocupar com as diferenças entre os indivíduos desencadeou um tratamento desigual aos que já sofriam desvantagem.

As mudanças ocorridas com as mulheres num mercado de trabalho de rápidas transformações têm sido foco de inúmeros trabalhos, porém são escassas as abordagens de raça entre eles. Os estudos disponíveis sobre a mulher negra no mercado de trabalho são esporádicos e descontínuos, não raro abordados como o “problema da mulher negra”, tratados como se não fosse uma questão de relação entre negros (as) e brancos (as), mas sim um problema dos negros, não dizendo respeito aos brancos (BENTO, 2000). Ainda, concordando com Heringer e Miranda (2005), as desigualdades raciais entre homens e mulheres constituem um tema que ainda demanda mais recursos e análises pelas ciências sociais no Brasil. E que estas análises, principalmente, contribuam com novas estratégias de diminuição das desigualdades raciais e de gênero no Brasil.

⁵Fonte: PNAD/IBGE 1995

⁶Não confundir ocupações e classes. Ocupações representam posições definidas no âmbito das relações técnicas de produção. Classes caracterizam-se pela sua localização dentro das relações sociais de produção (FIGUEIREDO SANTOS, 2000:48).

⁷Será utilizada na presente pesquisa a classificação sócio econômica formulada para o Brasil por FIGUEIREDO SANTOS, 2005a.

Nesta perspectiva, minha hipótese de pesquisa se apresenta com a seguinte formulação: Considerando o avanço expressivo de mulheres nas ocupações que exigem maior escolaridade e exercício de autoridade no trabalho, e averiguando os contornos de raça nessa configuração, as mulheres brancas têm conseguido mais do que as mulheres negras e, em parte, até mesmo do que os homens brancos e homens negros, converter a sua escolaridade em posições mais vantajosas e com acesso a autoridade, com repercussões em sua renda, o que tem mudado o perfil de gênero das categorias dos estratos médios assalariados da sociedade brasileira.

Nesse sentido, como a qualificação e a autoridade têm um expressivo peso para esta afirmação, minha opção será de utilizar como unidade de análise no presente trabalho as categorias empregados especialistas e empregados qualificados, apresentadas na classificação socioeconômica para o Brasil desenvolvida por José Alcides Figueiredo Santos⁸. Nestas categorias poderemos visualizar com maior clareza a influência destas variáveis na trajetória destas mulheres. Para se afirmar a predominância feminina ou masculina; negra ou branca, nas categorias que o presente estudo pretende desenvolver, utilizarei uma pontuação classificatória para as ocupações. De 0 a 25% de participação feminina, a categoria será classificada como dominada por homens; de 26 a 65% de participação feminina, a categoria será classificada como gênero neutro; de 66 a 100% de participação feminina a categoria será classificada como dominada por mulheres. A mesma lógica será utilizada para a questão racial. De 0 a 25% de participação negra, a categoria será classificada como dominada por brancos; de 26 a 65% de participação negra, a categoria será classificada como raça neutra; de 66 a 100% de participação negra a categoria será classificada como dominada por negros. Sendo um estudo comparativo, serão utilizados quatro grupos relacionais gênero/raça. São eles: Mulheres negras; mulheres brancas; homens negros e homens brancos. Ainda, utilizaremos dois índices para análise. O índice de representação, cujo objetivo será a comparação dentro de cada grupo relacional gênero/raça; e o índice de vantagem relativa, cujo objetivo será a comparação entre os grupos relacionais gênero/raça. Ambos os índices nos subsidiarão para a interpretação das questões relativas ao acesso

⁸ **Empregados especialistas:** posição na ocupação de empregado, especialista de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior; **Empregados qualificados:** Posição na ocupação de empregado, empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores de nível médio ou formação superior no ensino fundamental, em educação física e educação especial.

de cada grupo relacional gênero/raça aos diferentes níveis da hierarquia ocupacional num determinado período do tempo, bem como suas mudanças ao longo do tempo. (SOKOLOFF, 1992)

A metodologia empregada será quantitativa e a base de dados utilizada será a PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos anos de 1992 e 2005, que apresenta resultados a cerca das características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento. A opção de iniciar pelo ano de 1992 se fundamenta, pois, a partir deste ano houve mudança do conceito de trabalho utilizado nas pesquisas do instituto⁹. Houve também mudanças relativas à classificação nas ocupações, organizadas pelo IBGE, a partir do Censo de 2000 e da PNAD de 2002, através da chamada CBO – Classificação Brasileira de Ocupações. A Classificação Brasileira de Ocupações descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação)¹⁰.

A justificativa do IBGE para a revisão de seus conceitos se explica através da globalização, das novas tecnologias de comunicação e informação e das novas formas na organização do trabalho que vêm alterando o mundo do trabalho e exigindo dos trabalhadores o desenvolvimento de novas competências para o exercício de sua profissão. O conceito de ocupação tem-se modificado e, conseqüentemente, a classificação de ocupações necessita de atualizações e revisões que reflitam essas

⁹Trabalho - exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou em benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, exercida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação exercida durante pelo menos uma hora na semana: na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar. (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996) Este conceito é mais abrangente que o adotado até 1990 na PNAD. Até 1990, o conceito de trabalho não abrangia o trabalho não remunerado exercido durante menos de 15 horas na semana nem o trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

¹⁰ Fonte IBGE. www.ibge.gov.br

A Classificação Brasileira de Ocupações passou por uma intensa revisão ao final da década, e a nova versão resultante, introduziu novos conceitos como o de família de ocupações, apresentando uma estrutura mais simples com aproximadamente 10 Grandes Grupos, 47 Subgrupos principais, 192 Subgrupos e 596 Grupos de base ou famílias ocupacionais. A nova versão da CBO toma como referência a última versão da International Statistical Classification of Occupations – ISCO-88 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88) ¹². Como utilizaremos banco de dados da PNAD 1992, anterior à revisão de 2002, e da PNAD 2005 posterior a revisão de 2002, iremos nos deparar com a necessidade de padronização das ocupações a serem estudadas. Como são apresentadas mais ocupações na PNAD 2005 devido ao seu refinamento em comparação a PNAD de 1992, deveremos padronizar as ocupações de 2005 para 1992. Ainda, deverão ser descartados os dados da região rural dos estados do Norte brasileiro, visto que somente no ano de 2004 os mesmos foram incorporados à pesquisa, sendo utilizado, portanto os dados das demais regiões.

Deveremos ao final desta pesquisa, demonstrar os efeitos da variável raça sobre a participação feminina nas categorias de gerentes; empregados especialistas; empregados qualificados e supervisores no período de 1992 a 2005. Para alcançar este objetivo, neste paper o leitor encontrará a construção teórica sobre os conceitos de gênero e raça, bem como suas utilizações, relações e intersecções com outras variáveis, necessários rumo ao entendimento deste “novo” mundo, no qual se inserem a cada dia mais e mais mulheres. Os dados e análises relativas ao perfil racial e de gênero nas categorias empregados especialistas e empregados qualificados no Brasil - 1992 a 2005 estão em fase de elaboração e serão apresentados oportunamente no 31º Encontro Anual da Anpocs, no Seminário Temático 18 - Estudos de Gênero: Teoria e Pesquisa, no formato de pôster.

¹¹ Fonte IBGE. www.ibge.gov.br

¹² Fonte IBGE. www.ibge.gov.br

GÊNERO NA TEORIA SOCIAL

A noite cai e o jantar está à mesa. A mãe serve a todos e ao final dá o brilho necessário a sua cozinha. No quarto, a pequena filha brinca de boneca. Na rua, pai e filho divertem-se com a montagem de um novo carrinho. Não há nada mais natural do que essa cena que se repete em inúmeras famílias brasileiras. Natural não? Não.

Alguns outros feitos também nos passam despercebidos. Podemos pensar que para chorar nos basta ter olhos e lágrimas, para rir boca e dentes. Ou que para falar nos basta ter cérebro, língua e cordas vocais. Foi o que também pensou Frederico II, imperador de Roma no século XII. Na ânsia de descobrir a natural linguagem humana, eis que o líder selecionou alguns recém nascidos e decretou que daquele momento em diante ninguém haveria de falar perto deles. De certo, o fez na esperança de que aquelas pobres almas desenvolvessem sua própria linguagem, genuinamente primária. Os bebês, embora mamassem e sugassem como os demais, falavam e emitiam sons mesmo estando isolados e proibidos de ouvirem qualquer conversação. E para o descrédito da metodologia do imperador, todos os bebês morreram (KIMMEL, 2000). O que deve ter aprendido Frederico? No mínimo que a biologia, isoladamente como composição anatômica, não pode determinar o pleno desenvolvimento humano.

Ao estudar as questões relacionadas a gênero na teoria social contemporânea, indubitavelmente nos deparamos com uma discussão já antiga e de extrema importância para o desenvolvimento das ciências sociais: Natureza e cultura. Poderíamos nos perguntar então: Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura? Haveria uma preponderância de uma sobre a outra? Ou não, ambos, o biológico e o cultural, têm o mesmo peso para o entendimento do comportamento e das interações humanas?

Ao conceito de gênero é atribuída a construção social que torna desiguais mulheres e homens. Sua utilização representou um caráter de contraponto respondendo as interpretações biologistas que vinculam as posições sociais às diferenças sexuais hierarquicamente diferentes entre mulheres e homens. O entendimento moderno do mundo mudou esta configuração, principalmente a partir das primeiras tentativas de superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Há também os que pensam que até mesmo sexo é construído socialmente. Para os etnometodologistas a categorização sexual é um hábito, raramente questionado (WHARTON, 2005). Acreditam que a categorização sexo e a “atitude natural” são

construções sociais assim como as realidades biológicas e físicas. Essa concepção nos remete ao ideário da imutabilidade do sexo, defendido pelas estudiosas francesas do início do século XX. Elas se recusavam em separar as esferas social/biológica, bem como os conceitos gênero/sexo. Seu entendimento era de que o sexo sofre uma elaboração social. Analisando as formulações de Simone de Beauvoir, Saffioti destaca que gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas (SAFFIOTI, 1992). Com efeito, o corpo é essencial para definir a situação da mulher ou do homem no mundo, porém é insuficiente para defini-la enquanto mulher ou defini-lo enquanto homem.

Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens buscavam se situar sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro desta concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais.

A explicação biológica para a condição naturalmente subalterna da mulher sustenta-se até o avançar do capitalismo industrial. Neste momento, as condições históricas se transformam. O movimento feminista, organizado coletivamente, surge com o objetivo de opor-se a situação subordinada das mulheres “pegando carona” nas mudanças que marcaram a história ocidental européia a partir do século XVIII, vinculado ao desenvolvimento da democracia através das Revoluções Francesa e Americana. A racionalidade, elemento constitutivo de um novo tempo aberto pela sociedade ocidental, ora denominado modernidade, abriu espaço à transparência e a vida social ganhou mais visibilidade. Neste momento, é difícil, para não dizer impossível, ocultar a existência de sujeitos imprescindíveis à produção e a reprodução da vida cotidiana. Assim, a racionalidade moderna, somada a pressão do movimento organizado de mulheres, levou-as não só ao cenário político, mas fundamentalmente à esfera pública, buscando uma saída da obrigatoriedade da vida doméstica privada. Ao mesmo tempo, o trabalho mecânico avança na estrutura social mundial. A força de trabalho feminina, mesmo biologicamente mais “fraca” que a masculina ganha espaço, pois agora a diferença entre homens e mulheres não se mede por ossos e músculos. Com a industrialização os dois passam a ter mesma força necessária para o trabalho.

A participação feminina avança através do início das discussões sobre as mulheres e o tema do *gênero* nos bancos universitários, bem como na luta das ruas e praças. Nos Estados Unidos, os estudos feministas originam-se dos protestos de pesquisadoras na década de sessenta. A crítica da estrutura organizacional científica e sua hierarquia são a “ponta de lança” para elaboração de uma nova concepção sobre as desigualdades entre mulheres e homens. A princípio, enquanto *feminist* ou *women's studies*, as pesquisadoras feministas americanas iniciam a reflexão sobre a experiência das mulheres e suas aspirações. No Brasil, de forma diferenciada, as pesquisadoras feministas não procuraram criar espaços alternativos sobre o tema, mas sim integrar-se à dinâmica científica estabelecida a procura de reconhecimento científico de suas preocupações intelectuais. Os estudos feministas neste período procuravam, nesse sentido, expor e questionar a subalternidade feminina em vários aspectos sociais.

Já nas praças e ruas, na tentativa de justamente se livrar desta invisibilidade, surge uma série de transformações culturais e sociais. No embate por igualdade de gênero, três perspectivas podem ser delineadas no que se refere às teorias que caracterizam esses movimentos. A primeira delas, denominada feminismo liberal, destaca a luta pela igualdade de oportunidades e direitos individuais, como o voto, a igualdade no mercado de trabalho, os mesmos direitos legais para os homens e para as mulheres entre outros. As críticas a esta perspectiva existem, sobretudo no que se refere à ênfase ao individualismo e a ausência de discussão e aprofundamento sobre as questões culturais, construindo desta forma uma crítica social limitada. A segunda perspectiva é o feminismo marxista, que reivindicava principalmente direitos no mercado de trabalho. Para estas feministas o estado as tratava como instrumento de controle e opressão do capitalismo, pois como força de trabalho atuavam enquanto exercito de reserva, e no trabalho doméstico serviam como instrumento de acumulação do mercado capitalista. Teoricamente, esta concepção aplicou as ferramentas de Marx aos métodos e nas análises na relação de gênero. Na terceira e última perspectiva, o feminismo radical, as feministas utilizam o termo para se referir a uma estrutura geral de dominação do homem na sociedade. Utilizando-se de estratégias políticas de reivindicação, seu foco é a intimidade pessoal, como casamento e relacionamentos, que para elas são apenas formas de contrato pessoal, sendo a reprodução apenas uma das muitas formas de se oprimir a mulher (BRADLEY, 1996).

Todas essas lutas e reivindicações, de cunho liberal, marxista ou radical, representam uma demarcação do social sobre a natureza. De fato, todas as “limitações”

femininas que faziam das mulheres mais fracas ou menos aptas a determinadas atividades do que os homens são construções da sociedade a fim de nos diferenciarmos. Diferenciar, fundamentalmente, os que têm acesso aos bens ou recursos simbólicos ou economicamente escassos, e por isso, mais valiosos, dos que não têm esse acesso.

A natureza, como vimos até aqui, sempre foi utilizada como principal (senão única) responsável pelas diversas formas de desigualdade humana, e em particular, neste estudo, as desigualdades entre mulheres e homens. Gênero desta forma, nada mais é, do que uma padronização da diferença e da dominação através de distinções entre mulheres e homens para a maioria dos processos sociais. O que queremos aqui é entender de que forma a construção humana sobre o que é dado pela natureza desenvolve a desigualdade. O que nos chama atenção para uma análise mais atenta são quais os caminhos percorridos pela sociedade que nos leva a um ambiente propício para que homens e mulheres tenham acesso desigual a recursos e bens simbólicos escassos. Como a constituição do gênero, feminino ou masculino, interfere nessa trajetória, e ainda, qual o papel do Estado cujo interesse repousa na minimização destas desigualdades.

Iremos a seguir situar neste tópico três planos ou teorias de gênero que nos aproximam de uma melhor compreensão deste nosso desafio. A chamada teoria de status ou teoria dos papéis sociais, cujo em pano de fundo está presente o indivíduo e como a sociedade pode ser incorporada a este indivíduo; as teorias focadas nas interações sociais, que entende gênero como sendo construído no dia a dia das pessoas, e por isso estamos a todo o momento “fazendo” gênero; e as teorias focadas nas instituições, ou seja, através das instituições nós reproduzimos a personalidade e o comportamento que devemos ter, sejamos homens ou mulheres.

Sobre o plano do indivíduo uma das mais destacadas e criticadas leituras sobre gênero é sem dúvida o funcionalismo apresentada aqui a partir da leitura de Parsons e Bales que entendem a diferença de gênero no interior da família moderna em termos de papéis “expressivos” (femininos) e papéis “instrumentais” (masculinos) (SORJ; HEILBORN, 1999). Nesta concepção, apresentada como funcionalista, a família (bem como suas funções sociabilizadoras) é apresentada enquanto instituição fundamental na manutenção do funcionamento regular da ordem social. As diferenças entre as mulheres e os homens são estudadas nesta teoria através dos conceitos de papel sexual e status. Nessa leitura, as diferenças sexuais são mais evidentes e cumprem um papel mais

central na instituição familiar, pois as relações entre os gêneros funcionam primordialmente para assegurar a reprodução social.

Neste contexto o conceito de gênero é construído como categoria social que interfere no cotidiano das pessoas. Antes mesmo de nascer já são criadas expectativas para o novo indivíduo. A primeira pergunta à nova alma anunciada é: “É menino ou menina?” Da cor do quarto a escolha profissional, as oportunidades de vida já são construídas pela família que o espera. Sua suposta fragilidade ou virilidade já está construída no imaginário social familiar e será levado consigo por toda vida, tendo peso imponderável em suas escolhas pessoais. Mais do que uma identidade apreendida, o gênero desta nova alma estará imerso nas complexas teias das relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres; relações estas que fazem parte da estrutura social institucionalizada da sociedade. Esta construção é dada através de processos de socialização e educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres e ainda, no estabelecimento dos padrões sociais entre eles. A teoria do status entende gênero como algo que ordenamos para fazer a vida social mais administrável. Esta teoria entende que sexo serve como fator de organização social, assim, a dependência na categorização sexo como um caminho para organizar as interações tende a criar expectativas e estereótipos de gênero. As pessoas aprendem a esperar certos tipos de comportamento e reações dos outros baseadas na sua categoria de sexo, respondendo aos outros baseadas no que acreditam ser esperado delas e assumem que os outros agirão da mesma forma. Essa teoria reconhece que os efeitos de gênero na interação social podem variar de situação para situação, podendo o gênero ser “ativado” mais em algumas situações que em outras (WHARTON, 2005).

Destaco agora as teorias focadas nas interações sociais, que entende gênero como sendo construído no dia a dia das pessoas. Quando dizemos que a nossa identidade de gênero é socialmente construída, significa dizer que nossa identidade é uma junção flexível de significados e comportamentos que nós construímos através de valores, imagens, prescrições que encontramos no mundo que nos cerca. Para alguns de nós tornar-se mulher ou homem adulto é como seguir o curso de um rio, sem esforço, de forma suave através de comportamentos e atitudes que sentimos familiares. Para outros, tornar-se masculino ou feminino é uma interminável tortura, um pesadelo onde somos diariamente forçados a agir de forma diferente da que gostaríamos. Neste sentido, através das interações entre os indivíduos no seu dia a dia o gênero é construído, sendo

fundamental para o entendimento desta análise a percepção do fato de que a interação social produz um mundo diferenciado pelo gênero (KIMMEL, 2000).

As mesmas dinâmicas que “fazem” gênero nas interações também produzem outras formas de desigualdade e poder diferenciado (West e Fenstermaker apud WHARTON, 2005), isto é, não somente gênero, mas também raça e classe são produtos das interações sociais. O caminho para a explicação dos vários tipos de desigualdade está no que se chama “fazendo a diferença”, ou seja, a diferença é construída através das interações, logo não são características pessoais herdadas da natureza. Há de se interpretar, portanto, que fazemos o gênero cotidianamente, isto quer dizer, criamos diferenças entre meninas e meninos, entre mulheres e homens, diferenças essas que não são naturais ou biológicas, são sim, fundamentalmente sociais. Com efeito, uma vez que as diferenças são criadas, elas são utilizadas visando reforçar a fundamentação do gênero. E como uma bola de neve, nos adaptamos, sem se quer percebermos este fato.

Esta teoria portanto, entende que “fazer” gênero é comprometer mulheres e homens como membros da sociedade reféns desta produção social, que envolve um complexo guia interacional, de percepções e de atividades micro políticas que elencam atividades particulares como expressão de “naturezas” masculinas e femininas. E ainda, mas do que uma propriedade individual, gênero é uma característica de situações sociais, tanto como resultado racional de vários arranjos sociais, como um significado de legitimação da maioria das divisões fundamentais da sociedade.

A relevância do plano das instituições é percebida pela impossibilidade explicar gênero sem o adequado entendimento sobre “o poder”. Não por ser o poder uma consequência das diferenças de gênero, mas por ser o poder o produtor destas diferenças de gênero em um primeiro plano. Como gênero, poder não é uma propriedade de indivíduos, uma posse que uns tem e outros não, mas sim uma propriedade de uma vida em grupo, de uma vida social (KIMMEL, 2000). O argumento de que o poder é propriedade de um grupo, e não de um indivíduo qualquer, está relacionado ao argumento de que gênero é tanto propriedade de instituições, como parte de nossas identidades individuais. As instituições criam padrões normativos de gênero, expressam uma lógica institucional de gênero e são uns dos principais fatores de reprodução desta desigualdade. Com efeito, a identidade de gênero dos indivíduos molda as identidades de gênero das instituições, e as instituições expressam e reproduzem as desigualdades que compõem a identidade de gênero (KIMMEL, 2000). Gênero assim, está presente nos processos, práticas, imagens, ideologias e distribuição de poder em diversos setores

da vida social. E ainda, ignorar o poder é erro certo no diagnóstico dos “porquês” e “comos” da estrutura da desigualdade e exploração. Assim, o poder e a dominação são peças chave para as dinâmicas sociais.

Podemos entender como as instituições se tornam uma importante fonte de opinião cultural sobre o mundo social, incluído aí opiniões sobre gênero. As instituições constroem verdadeiros roteiros que guiam nossas vidas sem que nós mesmos possamos nos dar conta. A família ou o trabalho são poderosas instituições que servem como fontes de opinião para a maioria das pessoas sobre o que homens e mulheres devem ser, ou em o que devem se tornar. De que forma devem se comportar e o que estão aptas ou não a fazer. Essas opiniões sobre gênero também valem para as próprias instituições na maneira como elas constroem sua organização e suas práticas. Gênero neste plano não pode ser visto somente como algo de posse individual, mas sim como um aspecto importante da organização social. Parte da estrutura social e da cultura (WHARTON, 2005). É ainda necessário ressaltar que gênero não é uma estrutura trans-histórica que permanece a mesma através do tempo em resposta à dicotomia sexual dos corpos. As pessoas constroem o mundo social, e não apenas reagem a ele. Desta forma não podemos interpretar as relações sociais como naturais, pois estaríamos omitindo sua historicidade. A naturalização é um ato eminentemente político.

Nascido do debate, ou embate, entre natureza e cultura, o conceito de gênero pôde nessas linhas nos apresentar algumas relevantes questões em torno da permanente desigualdade entre mulheres e homens. Formulamos aqui que, a natureza sempre foi utilizada como uma desculpa, ou uma vantajosa saída, para a explicação e legitimação das desigualdades entre os sexos. Fechando os olhos para a construção social da desigualdade, e também da igualdade, o mundo impôs às mulheres durante séculos a invisibilidade. Porém, mesmo com o avançar da emancipação feminina, no trabalho, casa ou escola, a discriminação e o acesso desigual ao que realmente é dado valor na sociedade contemporânea está longe de acabar. Com efeito, podemos entender gênero como um sistema de práticas sociais que constituem as pessoas como diferentes e que organiza as relações de desigualdade, devendo desta forma ser compreendido tanto do ponto de vista individual, como através das práticas sociais que produzem o gênero da pessoa. Estas práticas sociais moldam as relações sociais e os padrões de interação e operam como parte da maioria das organizações e instituições.

RAÇA NA TEORIA SOCIAL

As interpretações científicas abandonaram já faz tempo a idéia de raça como enraizada em fundamentos biológicos, reconhecendo que atitudes e arranjos sociais, não biológicos, vêm mantendo o domínio branco. Quero portanto aqui, afirmar o quão improfícuo é o debate sobre a inexistência de raças humanas, muitas vezes ressuscitado pelo senso comum visando apresentar o argumento de que senão existe raça, não há como haver racismo. Argumento inglório, diga-se de passagem. Raça deve ser apresentada como uma criação social, uma ficção que divide e categoriza indivíduos por aspectos fenótipos, tais como a cor da pele, que supostamente significam diferenças subjacentes. Com efeito, inicio meu raciocínio utilizando autores que superaram esta fronteira, e que se baseiam na interpretação social do referido conceito, raça.

Iniciamos esta conversa no Brasil, a partir de Gilberto Freyre em sua incomparável obra, etnográfica e porque não literária e poética sobre a formação do povo brasileiro, *Casa Grande & Senzala*. Ressalto que argumentações contraditórias, imprecisas e polêmicas a parte, em meu entendimento, não depreciam de forma alguma esse que, sem dúvida, foi um dos mais brilhantes autores brasileiros, ou nas palavras de Darcy Ribeiro “(...) tal qual Cervantes à Espanha, Camões à Lusitânia, Tolstoi à Rússia, Sartre à França”¹³. É de se lamentar a nociva ofensiva da academia brasileira à sua obra, que faz com que muitos discentes das ciências sociais passem despercebidos de sua deliciosa leitura nos bancos universitários.

Inaugurador do culturalismo brasileiro e do chamado mito da democracia racial, Freyre enxergou o Brasil como terra de encontro de índios, brancos e negros, e ainda, o encontro de seus descendentes, que já não são mais índios, nem brancos, nem negros. São frutos de uma mistura, entendida por ele, como possuidores da melhor característica de nosso povo. A miscigenação. Fruto da mestiçagem, nossa nacionalidade é autêntica. Em *Casa Grande & Senzala* é farto o elenco de passagens que insinuam, quando não explicitam, a confraternização entre os povos fundadores do Brasil. Em sua linha de raciocínio, essa confraternização tem base econômica, cultural e religiosa. Com efeito, o que podemos afirmar é que foi Freyre um dos primeiros intelectuais a mudar a configuração e o entendimento sobre a questão racial do Brasil em formação. Foi o

¹³ Prólogo à Edição de *Casa Grande & Senzala* (2001).

responsável pela inversão valorativa de nossa, até então vexatória, miscigenação. Apresentando positivamente as melhores características dos povos que aqui pariram o Brasil, Freyre enfrentou o argumento da raça inferior, descrevendo minuciosamente as contribuições tecnológicas e culturais trazidas da África. Sobre os portugueses recém chegados, também inova na argumentação, discordando da tese de uma corte de criminosos e exilados e os apresentando como “gente sã” já com influência negra africana na vida sexual, na alimentação e religião. Daí talvez parta sua linha de raciocínio fraterna. Já sobre os índios as críticas foram mais severas, por conta de sua fragilidade teórica em etnologia indígena. Entendia que as populações indígenas brasileiras eram uma das mais rasteiras do continente, e nessa confusão conclui, com uma de suas piores passagens sobre a oposição negro x índio que o “índio não dava para escravo porque incapaz e molenga. O negro sim. Sobretudo se disciplinado na sua energia intermitente pelos rigores da escravidão” (Freyre, 2001). Mesmo com isso em mente, Freyre apresenta-nos também valiosas contribuições dos primeiros habitantes do Brasil, dentre elas o papel da mulher indígena como matriz genética e transmissora de elementos de cultura, na alimentação, na língua e na higiene e cuidados com a casa. A partir de *Casa Grande & Senzala*, a questão racial no Brasil deixa de ser lida a partir de fatores negativos e passa a ganhar espaço o valor moral da positividade da miscigenação, da mestiçagem, fundamentalmente, da autenticidade brasileira. Essa elaboração teórica sem dúvida é uma sofisticação para as construções e leituras sociais da época, porém, ao mesmo tempo, serviu para mascarar o racismo e velar a desigualdade.

Outra fundamental leitura sobre as questões raciais no Brasil é a de Florestan Fernandes. Em *A integração do negro na sociedade de classes* Fernandes (1978) apresenta sua incisiva discordância com o denominado mito da democracia racial, ou seja, com a idéia de que o padrão brasileiro de relações raciais estava integrado aos fundamentos éticos e jurídicos da recente república. Com a abolição e o nascimento da república saem de cena as razões morais e legais que legitimavam a discriminação e o preconceito e surge uma nova elaboração e interpretação racional compatível com o sistema republicano. Utilidades práticas do mito são também apresentadas, como a atribuição da incapacidade do negro aos problemas da população de cor, protagonista dos sofríveis índices de desigualdade econômica, política e social, bem como a total desresponsabilização, econômica, social ou moral do branco perante a população negra espoliada pela abolição. Mas a utilidade que parece mais nociva no ponto de vista de

Fernandes foi a percepção, falsa em seu entendimento, das relações raciais através das aparências dos ajustamentos raciais, construindo uma falsa consciência de nossa realidade racial. O que desencadeou um ideário etnocêntrico, onde se encontra presente formulações como: “o negro não tem problemas no Brasil”; “a índole do povo brasileiro não permite distinções raciais entre nós”; “o preto está satisfeito” e ainda a idéia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com o negro, além do que já foi resolvido pela lei áurea e pela universalização da cidadania.

Sua tese sobre a utilidade do mito da democracia racial se apresenta como argumento importante quando sugere que a ordem racial brasileira, elaborada socialmente no passado, permaneceu quase intacta. O racismo é reproduzido através do mito, que se apresentou como um artifício ideológico capaz de manter as relações raciais hierarquicamente definidas, isentando a população branca e lançando a população negra a competição pela sobrevivência.

Contrário a visão de Fernandes, o pesquisador do Centro de Pesquisas de Desigualdade da UFJF, Jessé Souza, em artigo intitulado *Raça ou Classe? Sobre a desigualdade brasileira* argumenta que não é a transposição mecânica das disposições do passado para o presente que revela o então diagnóstico das relações sociais no Brasil, mas sim a nova configuração e o novo papel do negro na sociedade moderna “como “imprestável” para exercer qualquer atividade relevante e produtiva no novo contexto, que constitui o quadro da nova situação de marginalidade” (SOUZA, 2005). No contexto da sociedade de castas, como diz Fernandes, ou estamental e adscritivo de Souza, raça opera como o definidor da condição servil, rígida e intransponível. Diferentemente da sociedade moderna competitiva, onde raça opera como índice “relativo” de primitividade, em relação do tipo humano desejado e definido como útil ao racionalismo ocidental e implementado por suas instituições. (SOUZA, 2005). Dada essa relatividade, é mais do que necessário um conceito, um instrumento analítico, que consiga revelar as discriminações e desigualdades efetivamente raciais, e não apenas de classes. É isso que Antônio Sergio Guimarães¹⁴ se propõe quando constrói uma dura crítica aos pesquisadores contrários à manutenção do termo raça. Guimarães (2002) afirma ser o conceito de raça necessário como um instrumento que busca encontrar a presença da percepção de raça disfarçada em alguma outra categoria, frequentemente no Brasil, à classe. Para o autor, o conceito de raça deve em sintonia contemplar o peso real

¹⁴ No capítulo Raça e Pobreza no Brasil, do livro *Classes, raças e democracia*, 2002.

e efetivo que a idéia de raça tem em nosso país como legitimador das desigualdades de tratamento e oportunidades; firmar a construção analítica do conceito a fim de confirmar a não existência de raça em termos físicos ou biológicos; e ainda identificar o conteúdo de racial das classes, ou seja, demonstrar onde existe efetivamente desigualdade de raça, e não de classe.

A argumentação acima parece estar em consonância com o que afirma Carlos Hasenbalg, em sua obra conjunta com Nelson do Valle Silva, *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Para o autor, se raça passa a ser compreendida como um fator classificatório e seletivo que norteia a permanência da desigualdade social e econômica ela deve ser incorporada às variáveis que condicionam a estrutura das relações sociais, como fator decisivo das chances de vida, bem como no sentido de pertencimento a uma identidade racial, influenciando a hierarquização social (HASENBALG, 1992). Em seus estudos com Nelson do Valle, os autores demonstram o quão necessário se faz a utilização da variável raça contrapondo os que pensam que a mesma não desempenha um papel significativo no processo de mobilidade social. E ainda apresentam que a estratificação racial está enraizada na atual estrutura social do Brasil, sendo que a discriminação racial é uma reação racional ao conflito devido à escassez de recursos sociais e econômicos. Os não brancos só dispõem de uma vantagem relativa sobre os brancos no início de sua entrada no mercado de trabalho ou quando são exigidos baixos níveis de habilidades, normalmente em regiões pobres como as áreas rurais. Destacam não ser factível a assertiva que acredita em um tratamento “diferenciado” dos pardos frente aos pretos, não sendo de fato a raça pouco importante rumo ao alcance de melhores condições de renda. Através de seus estudos, Silva e Hasenbalg concluem que os não brancos sofrem desvantagem na conversão de sua escolaridade formal em posições na estrutura ocupacional, o que pode ser explicado aos processos discriminatórios de raça no mercado de trabalho. No Brasil, para os autores, o ponto central do processo de desvantagens sofrido por pretos e pardos está na aquisição educacional.

Algumas considerações são necessárias a fim de concluirmos nossa trajetória sobre os estudos de raça. Raça biológica não existe, devendo ser considerada somente no âmbito do mundo social. A partir desta assertiva, os estudos de raça necessitam englobar circunstâncias objetivas não étnicas para que sejam fundamentados sociologicamente. Os principais estudos sobre a desigualdade social brasileira, aferem que grande parte da população de cor tem baixa escolaridade, pouca mobilidade social,

se localizam nas posições mais proletarizadas e com diferenças nas oportunidades de carreiras em relação aos brancos, demonstrando a necessidade de um conceito analítico que consiga revelar as desigualdades e discriminações efetivamente raciais. Discriminações raciais que surgem como uma reação racional ao conflito desencadeado pela escassez de recursos sociais e econômicos. Estas discriminações podem se tornar cumulativas através das gerações, das oportunidades econômicas e da acumulação de riqueza para um grupo particular podendo diminuir as oportunidades para as gerações seguintes. Por fim, as ações individuais devem ser sempre contextualizadas, pois operam em resposta a comportamentos sociais e institucionais.

INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA

Pesquisas e estudos sobre gênero e raça, historicamente, foram definidos em campos separados. A pesquisadora americana Nakano Glenn, em sua construção de uma estrutura integrada entre gênero e raça apresentada no primeiro capítulo de *Reconceptualizing Gender, The social construction and institucionalization of gender and race*, nos conta que nos estudos de raça, os homens de cor se encontravam como um sujeito racial universal, e nos estudos de gênero foram as mulheres brancas posicionadas como sujeito feminino universal, tornando as mulheres não brancas invisíveis aos estudos tanto de raça, como de gênero. Nas dicotomias de raça e gênero a categoria dominante é interpretada como sendo “normal” e portanto, “transparente”, enquanto a categoria subordinada é interpretada como sendo “problemática”. Assim Branco é apresentado como o substantivo de raça, e Homem o substantivo de gênero. Com efeito, as explicações da desigualdade de gênero baseadas nas experiências das mulheres brancas, tais como a restrição à esfera doméstica e dependência econômica ao homem, não se aplicam às mulheres não brancas, com efeito, não explicam sua subordinação (GLENN, 2000).

As primeiras tentativas nos estudos de raça e gênero trataram as duas variáveis como independentes. A categorização de gênero foi em parte uma razão deliberada, pois o interesse do recente feminismo foi descobrir que mulheres tinham em comum algo que poderia uni-las politicamente. Contudo, se tratarmos gênero separado neste contexto, devemos adicionar raça na conta da situação das mulheres de cor. Isto conduz

para um modelo aditivo no qual mulheres não brancas são descritas como prejudicadas por um duplo perigo (ou tripla opressão se classe é incluída). Mulheres não brancas expressaram insatisfação com este modelo, o qual elas dizem não corresponder às experiências subjetivas das mulheres afro americanas, latinas, asiáticas e nativas americanas. Estas mulheres não experimentam raça e gênero como separadas ou adicionadas, mas como simultâneos e unidos. Há necessidade, portanto, de conceitos como “interseccionalidade”, consciência múltipla, sistemas de opressão “entrecruzados” e gênero “racializado” para expressar essa simultaneidade (GLENN, 2000).

Assim, sem o reconhecimento da “interconectividade” de raça e gênero, raça permaneceu subteorizado até nos escritos das mulheres negras. Na ausência de uma teoria de raça comparável a uma teoria de gênero, construir uma teoria compreensível tem se provado difícil, discorre Glenn. Especialmente uma teoria que nem subordine raça e gênero para algum amplo índice de relações, tal como classe, nem substancialmente nivele a complexidade destes conceitos. Na falta de uma teoria compreensível, Nakano Glenn defende que uma síntese do construcionismo social dentro dos estudos críticos de gênero e raça oferece uma estrutura de trabalho para uma análise integrada. O construcionismo social fornece uma útil estrutura de “nível médio”, um vocabulário comum e um índice de conceitos que nos mostram como gênero e raça são mutuamente constituídos (GLENN, 2000).

Para Glenn, os pontos de convergência entre o conceito de formação racial e o conceito de gênero socialmente construído formam uma estrutura integrada na qual gênero e raça são definidos como sistemas de relacionamentos mutuamente constituídos – incluindo normas, símbolos, e práticas - organizados ao redor das diferenças percebidas. Essa definição atenta para os processos pelos quais a racialização e a formação do gênero vêm a se realizar, mais do que a ênfase em características e categorias fixas de raça e gênero. Neste sistema proposto pela autora, destacam-se três aspectos como conceitos analíticos: a dimensão relacional; os processos estruturais sociais e de representação; e não menos importante, o conceito de poder. Cada um destes aspectos é importante em termos de construção de uma estrutura que tanto analisa desigualdade, como incorpora uma política de mudança (GLENN, 2000).

A relevância do conceito relacional de gênero e raça se destaca na criação de seu significado construído em termos de oposições dicotômicas ou contrastes. A importância do contraste é ilustrada pela formação das chamadas “identidades unidas”, como nos casos de donas de casa e empregadas domésticas, patrões e empregados,

homem e mulher, branco e não branco. Em cada um destes casos, o domínio da auto-identidade do grupo (moral, racional) depende do elenco das qualidades complementares (imoral, irracional) na subordinação do “outro”. Outro fator importante do conceito relacional diz respeito à construção das diferenças. Frequentemente “diferença” é percebida simplesmente como uma diversidade. O conceito relacional sugere ainda que as vidas de diferentes grupos sejam interconectadas. Com efeito, uma pessoa branca nos EUA aprecia privilégios e um alto padrão de vida em virtude da subordinação e do baixo padrão de vida das pessoas de cor, mesmo que ela ou ele não esteja pessoalmente explorando ou obtendo vantagem de qualquer pessoa de cor. Ainda, o conceito relacional ajuda a endereçar a crítica de que o social construcionismo, por rejeitar a fixidez das categorias, fomenta a pós moderna noção que as categorias e significados raça e gênero são “livres e flutuantes” e podem significar qualquer coisa que nós desejamos que signifiquem. Enxergar raça e gênero como categorias relacionais, em parte, endereça essa crítica a utilização de pontos “âncoras” que não são estáticos. (GLENN, 2000).

Sobre os processos estruturais sociais e de representação, é necessário grifar que a construção social de raça e gênero não é uma matéria apenas de representação cultural. Isso é importante porque uma aproximação da construção social pode ser interpretada como interessada unicamente na representação. Vejamos o caso de raça. Glenn cita um historiador Fields, que argumenta que raça é uma categoria sem conteúdo, sem enraizamento no mundo material, uma pura ideologia, uma lente através da qual as pessoas vêem e dão sentido às suas experiências. A autora destaca que uma coisa é dizer que raça e gênero não são dados biológicos, outra bem diferente é dizer que elas só existem no terreno da representação. Como já exposto nos tópicos anteriores, raça e gênero são características da estrutura social. Arranjos da estrutura social, tais como segmentação no mercado de trabalho, segregação residencial, e estratificação de benefícios governamentais, produzem diferenças de raça e gênero em direções que não podem ser puramente entendidas em termos de representação. Não ter atenção para raça e gênero inviabiliza a diminuição das desigualdades, principalmente porque estas desigualdades são institucionalizadas (GLENN, 2000).

Sobre a questão do poder, vale ressaltar que entendê-lo como constitutivo de raça e gênero traça uma noção expandida da política. Exemplo disto foi demonstrado pelo movimento feminista. Ativistas feministas e acadêmicas expuseram o poder e a dominação para além das áreas do pensamento da vida social, incorporando-os à vida

privada, à sexualidade, família, amor, arte. Outro exemplo partiu de Gramsci, através do conceito de hegemonia, concedendo as práticas e suposições que fazem a dominação parecer natural e inevitável tanto para os dominantes, como para os subordinados. Assim, as relações sociais fora do terreno da política formal estabelecem e reforçam o poder; por esta razão, esforços opostos também tomam o lugar fora deste terreno, em formas como produção artística e cultural (GLENN, 2000).

Em ambas as formulações o poder é difundido em todas as formas de relações sociais, não somente aquelas convencionalmente pensadas como políticas. Assim, contestações sobre as hierarquias de raça e gênero podem envolver mudanças nas práticas sociais, não necessariamente em localizações eminentemente políticas e de confronto explícito (GLENN, 2000).

Por fim, se raça e gênero são socialmente construídos, eles devem surgir em momentos específicos, sob circunstâncias particulares e mudam quando essas circunstâncias mudam. Podemos investigar como as diferenças de gênero e raça surgem, através do tempo, e variam dentro de diferentes localizações sociais e geográficas e domínios institucionais, destaca Glenn. Assim, raça e gênero não são predeterminados, mas sim produtos das ações de mulheres e homens em contextos históricos específicos. Seu entendimento requer a investigação de como os grupos e instituições dominantes tentam impor um significado particular de raça e gênero, bem como a investigação sobre como os grupos subordinados contestam as concepções dominantes e constroem significados alternativos (GLENN, 2000). Com efeito, a aplicação desta estrutura relacional de raça e gênero será fundamental para nossa investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKER, Joan. (1991). Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. In: LOBER, Judith; FARREL, Susan. *The social construction of gender*. Newbury Park: Sage.
- ACKER, Joan. (1992). From Sex Roles to Gendered Institutions. In: *Contemporary Sociology*, vol. 21, nº 5. American Sociological Association: Oregon.
- BRADLEY, Harriet. (1996). Gender: rethinking patriarchy. In: *Fractured identities: changing patterns of inequality*. Cambridge: Polity Press.
- BRUSCHINI, Cristina. (1998). Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- ENGELS, Friedrich. (1978). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERNANDES, Florestan. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Ática.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2005b) *Classe social e desigualdade de gênero no Brasil*. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT "Gênero na Contemporaneidade".
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2000). *Estrutura de posições de classes no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2005a). *Uma classificação sócio econômica para o Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45.
- FREYRE, Gilberto. (1992). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- GLENN, Evelyn Nakano. (2000), The Social Construction and Institutionalization of Gender and Race. In: FERREE, Myra Marx, LORBER, Judith, HESS, Beth B (editors). (2000), *Revisioning Gender*. Walnut Creek, Altamira Press.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (2002). *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. (2005). Trajetória dos feminismos: introdução à abordagem de gênero. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- GUIMARAES, Nadya Araújo. (2004). *Caminhos cruzados: Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadoras*. São Paulo: Editora 34.

- HEILBORN, Maria Luiza. *Gênero: Uma Breve Introdução*. In: http://www.coeprasil.org.br/opiniaio_genero.asp. Acesso em 20/10/2006
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. (1999). Estudos de Gênero no Brasil. In: *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. *Sociologia (Volume II)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS.
- KIMMEL, Michael. (2000) Inequality and difference – The social construction of gender relations. In: *The gendered society*. New York: Oxford University Press.
- MARTIN, Patrícia Yancey. (2003). *Gender As Social Institution*. Louisiana: Southern Sociological Society.
- NOGUEIRA, Oracy. (1998). *Preconceito de Marca – As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp.
- NOGUEIRA, Oracy. (1979) *Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- PINTO, L.A. Costa. (1998) *O negro no Rio de Janeiro. Relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ
- ROCHA, Maria Isabel Baltazar da. (org.) (2000). *Trabalho e Gênero. Mudanças, Permanências e Desafios*. ABEP, NEPO/UNICAMP: Campinas, CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34.
- SAFFIOTI, Heleieth. (2005). Gênero e Patriarcado. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- SAFFIOTI, Heleieth. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- SAFFIOTI, Heleieth. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes.
- SOKOLOFF, Natalie J. (1992) Black women and white women in the professions: occupational segregation by race and gender, 1960-1980. New York/London: Routledge
- SCOTT, Joan. (1996). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo.
- SEN, Amartya. (2001). *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo: Record.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. (1992). *Relações sociais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: Iuperj.

SOUZA, Jessé. (2005). *Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira*. Lua Nova, nº65. São Paulo.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. (1991). Doing Gender. In: LOBER, Judith; FARREL, Susan. *The social construction of gender*. Newbury Park: Sage.